

Saúde e Educação lideram 'empoçamento' de gastos

Por Fabio Graner e Ana Krüger
| De Brasília



Mansueto: para cumprir teto é preciso mudar dinâmica da despesa obrigatória.

Em meio a um quadro apertado pelo pesado corte de gastos, os ministérios também têm dificuldade para gastar as verbas já autorizadas. O chamado "empoçamento" de despesas somou de janeiro a abril R\$ 14,6 bilhões. Mais da metade disso foi concentrado em três pastas: Saúde, Defesa e Educação, esta última, vale lembrar, foi alvo de protestos por causa dos cortes nos limites autorizados para as universidades em 2019.

Segundo o Tesouro, o governo central acumulou de janeiro a abril resultado primário 40% melhor que o verificado em igual período do ano passado. No primeiro quadrimestre, o saldo negativo das contas federais (Tesouro, BC e Previdência) foi de R\$ 2,7 bilhões, apesar de em abril o tradicional superávit primário do mês ter sido um dos mais baixos da série: R\$ 6,5 bilhões. Em abril de 2018, o saldo positivo foi de R\$ 8,7 bilhões.

De acordo com o secretário Mansueto Almeida, o resultado primário foi melhor neste primeiro terço do ano devido à queda real de 0,8% nas despesas totais. "Isso ocorreu em grande medida por conta do empoçamento."

Os números do Tesouro mostram que o maior volume de dinheiro liberado, mas não gasto está no Ministério da Saúde, com R\$ 3,957 bilhões parados. Segundo o secretário, tradicionalmente essa área tem maior dificuldade de executar seu orçamento total por causa do excesso de vinculações de despesas a determinadas fontes de receitas ou por obrigações de execução em determinados programas, embora esse problema também afete outras áreas do governo. "É preciso discutir a questão do excesso de vinculações", disse o secretário.

O Ministério da Educação é outro que tinha dinheiro disponível, mas gastou menos que podia. Foram R\$ 2,1 bilhões que ficaram parados no primeiro quadrimestre do ano, sendo mais da metade em rubricas que poderiam ser utilizadas livremente (discricionárias).

Já o Ministério da Defesa deixou parados R\$ 2,2 bilhões.

Além do problema de engessamento orçamentário, Mansueto atribuiu o problema do

empoçamento à organização de fluxo de pagamentos dos ministérios. Isso ocorre quando uma obra está em andamento e a pasta projeta que terá que executar pagamentos mais à frente, quando obras forem concluídas, deixando o dinheiro parado até esse momento.

Na entrevista do resultado do Tesouro, Mansueto voltou a pressionar pela necessidade de o país fazer uma reforma da Previdência. Ele apresentou os dados que mostram que essa conta continua pesando bastante para o resultado fiscal. De janeiro a abril, enquanto o Tesouro conseguiu economizar R\$ 63,1 bilhões, o pagamento de aposentadorias e pensões de trabalhadores do setor privado superou as receitas em R\$ 65,7 bilhões.

Além desse problema, o secretário também apontou a necessidade de se rever outra grande fonte de despesa: o gasto com pessoal. Ele explicou que essas duas rubricas de gastos obrigatórios estão comprimindo o espaço daquelas de livre direcionamento. "As despesas discricionárias chegarão neste ano ao menor valor da série histórica, iniciada em 2009", disse, acrescentando que há muito pouco espaço para ajustes adicionais nessa rubrica. "Se quisermos realmente cumprir o teto de gastos e fazer ajuste pelo lado da despesa, terá que mudar dinâmica da despesa





obrigatória", afirma.

Os dados do Tesouro mostram que o saldo negativo da regra de ouro das contas públicas (que veda ao governo se endividar para pagar gastos que não sejam investimentos) soma R\$ 110,2 bilhões. Segundo Otavio Ladeira, secretário-adjunto do órgão, a projeção de déficit de R\$ 146,7 bilhões para o cumprimento desse dispositivo é conservadora e foi feita para garantir que seja feito apenas um pedido de liberação de crédito.

Para Mansueto, o governo começará a ter problemas para pagar algumas despesas, caso crédito extraordinário à regra de ouro não seja aprovado até 15 de junho. O projeto que tramita no Congresso pede liberação de R\$ 248,9 bilhões. Se o valor for alterado para a projeção atual de R\$ 146,7 bilhões, explica Mansueto, será necessário alterar também os textos da Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Outro grande problema fiscal desse ano é o cumprimento da meta de resultado primário, por causada falta de receitas, diz o secretário. "Seria importante nos próximos meses tentar reverter problemas de perda de receita", diz, explicando que há necessidade de receitas extras ou obtenção de espaço fiscal em outras despesas que possam não ser necessárias, como restos a pagar do subsídio do diesel, que somam R\$ 2,7 bilhões.

Regra de ouro deixa governo totalmente na mão do Congresso

Por Fabio Graner | Brasília

Apesar da confusão de números tumultuar a negociação com o Congresso em torno da regra do ouro das contas públicas, o real problema para o governo nesse tema é outro: a vinculação direta das despesas com a emissão de títulos. A armadilha que dá maior poder de negociação para os parlamentares foi armada no Orçamento aprovado em 2018, antes da posse do presidente Jair Bolsonaro, que precisa lidar com uma situação "embananada" que, se não for resolvida, o coloca na rota do crime de responsabilidade.

Na lei orçamentária, está definido que o pagamento de despesas como Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), parte da Previdência e Plano Safra está vinculado à aprovação do crédito extraordinário de R\$ 248 bilhões. Este era o déficit que o governo de então estimava para este ano.

Da maneira que foi redigido o texto final do Orçamento, mesmo com um déficit menor (ou até um superávit), contudo, o governo depende de deputados e senadores autorizarem o pagamento dessas despesas, pois esses gastos ficaram diretamente atrelados à fonte orçamentária "emissão de dívida".

Assim, à exceção do cenário em que o valor total pedido inicialmente

de R\$ 248 bilhões de crédito seja aprovado (o que parece improvável neste momento), a equipe econômica precisa arrancar do Congresso uma outra autorização para desvincular as despesas da autorização a ser dada pelo Congresso. Isso independe do valor que for liberado, sejam os R\$ 146,7 bilhões pedidos pelo governo ontem, sejam os R\$ 70 bilhões mencionados pelo relator da matéria, deputado Hildo Rocha (MDB-MA), ou outro número que venha a surgir.

Como indicou o secretário Mansueto Almeida, essa desvinculação deve ser feita em outros projetos que estão tramitando, e abordam especificamente o Orçamento. Em outras palavras, a aprovação de um crédito menor pode até dar fôlego de alguns meses para o governo pagar despesas que atingem diretamente a população, especialmente a mais pobre, que seriam interrompidas a partir de julho. Mas sozinho não resolve. A alternativa à desvinculação é aprovar outro crédito para completar os R\$ 246 bilhões definidos no Orçamento.

A confusão que o governo faz com as estimativas em torno do déficit da regra de ouro também não ajuda nas negociações, facilitando a vida de quem quer dificultar as coisas para Bolsonaro. Na semana passada o governo divulgou o relatório bimestral de receitas e despesas, que é enviado ao Congresso, e projetou déficit de R\$ 110 bilhões na regra

de ouro. Apenas uma semana depois, o valor saltou para R\$ 146,7 bilhões.

O argumento é que foram atualizadas premissas e utilizado um cenário de maior risco, no qual se trabalha com números menores de receitas de um lado e de investimentos de outro, que são partes da equação do dispositivo constitucional. Mas a nova projeção ainda não considera, por exemplo, o retorno de R\$ 100 bilhões a mais do BNDES, que já foi oficialmente solicitado pela equipe econômica.

É verdade que, a despeito de seu conceito intuitivo (governo só pode se endividar para fazer investimento), a apuração da regra de ouro é extremamente complicada. Por isso, faz sentido o governo ser mais conservador em suas premissas. Por exemplo, não se sabe qual será a arrecadação de PIS/Pasep, que afeta a receita de um lado, mas, de outro, a despesa de capital, pois afeta a necessidade de aporte no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A inflação também pode ter oscilações mais fortes, alterando a amortização de dívida.

Então, a postura prudencial tem lógica, mas a equipe econômica precisa ser mais precisa e clara com suas projeções e análises, para tornar a discussão não só mais objetiva, mas também menos sujeita ao aproveitamento desse tipo de falha por interesses políticos.

Guedes diz que crédito emergencial 'embananou de novo'

Necessidade de recurso extra diminui de R\$ 250 bi para R\$ 146 bi. Contas do governo têm pior resultado para abril em 21 anos

MANOEL VENTURA

BRASÍLIA- O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que o projeto que permite ao governo abrir um crédito emergencial no Orçamento deste ano "embananou de novo". A equipe econômica precisa dessa autorização para pagar aposentadorias e benefícios assistenciais a partir do segundo semestre.

Guedes deu a declaração durante abertura de um seminário. Ao explicar a ausência do líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), no evento, Guedes afirmou que o senador precisava se reunir com lideranças partidárias para discutir o projeto: — Ele (Fernando Coelho) ligou e falou: Paulo, estou entre ir ao seminário e ir à reunião com lideranças políticas, porque nós vamos discutir o PLN 4, que embananou de novo.

O PLN 4 é o projeto que precisa ser votado no Congresso e que dá ao governo a autorização especial. Em seguida, aos jornalistas, Guedes explicou que a dificuldade em aprovar o texto ocorre porque, agora, a necessidade de crédito extra mudou. Quando enviou o texto ao

Legislativo, o governo pediu permissão para gastar quase R\$ 250 bilhões. Mas o número ficou menor, o que fez os parlamentares pisarem no freio.

— Não é sensato botar em risco Previdência, Bolsa Família, Plano Safra, apenas por essa diferença técnica de aprovar o todo ou aprovar parte. Aprova o todo logo que simplifica tudo — rebateu o ministro.

O governo tem até o dia 15 de junho para conseguir aprovar o crédito emergencial. Depois dessa data, os pagamentos começarão a ficar prejudicados.

— Se não for aprovado em meados de junho, dia 15,16, aí a gente vai começar a ter problemas com algumas despesas. Vai ficar difícil. O Plano Safra poderia ter um problema de atraso — disse o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida.

A restrição nos pagamentos seria a saída para o governo não descumprir a regra de ouro. A norma proíbe a União de se endividar para pagar despesas correntes, como folha de salários. Ele só pode emitir dívida se o dinheiro for destinado a investimentos.

LEIS PRECISAM DE ALTERAÇÃO

Por conta dos sucessivos rombos no Orçamento, no entanto, há hoje

um desenquadramento que supera R\$ 100 bilhões. Por isso, é preciso aprovar no Congresso uma autorização para emitir dívida e descumprir a regra de ouro.

Essa medida já estava prevista desde o ano passado, mas agora o governo está encontrando dificuldades para conseguir aprovar o projeto.

O relator da proposta, deputado Hildo Rocha (MDB-MA), resiste a dar parecer favorável. Uma das reclamações é que, atualmente, o valor necessário é bem menor: R\$ 146 bilhões para garantir os pagamentos.

A mudança no valor é difícil porque outras duas leis teriam que ser alteradas. A Lei Orçamentária Anual de 2019 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019 foram aprovadas prevendo a necessidade de um crédito de R\$ 250 bilhões. O pedido de um aval especial precisa ser aprovado pela maioria absoluta em uma sessão conjuntado Congresso — 257 deputados e 41 senadores.

O Tesouro também informou ontem que as contas do governo fecharam o mês de abril deste ano com o pior resultado desde 1998. O saldo ficou positivo em R\$ 6,5 bilhões. Mesmo no azul, o número foi o menor para o mês de abril em 21 anos.